

Sábado, 21, e segunda-feira, 23 de dezembro de

P 5

Economia

# Economia de mercado e organismos reguladores da economia

Antal Camargo \*

Para uma sociedade evoluir perante as outras, ou a sua história, ela tem forçosamente que fazer duas coisas: produzir mais bens e conhecimentos e distribuí-los da maneira mais justa possível.

O Brasil tem sido razoável na primeira e praticamente nulo na segunda. O produto, portanto, só pode ser muito ruim. Mas em vez de reconhecer seu próprio fracasso, o Brasil passou a procurar a razão para os insucessos nos lugares errados.

Primeiro foi a crise do petróleo. Enquanto choramín-gávamos, países sem uma gota de óleo, como Itália, França, Alemanha, Japão e Coreia, aceleravam seus projetos de conservação e seguiram em frente crescendo.

Depois, o culpado de tudo foi o déficit fiscal. Lógico que o governo estava e está grande demais, mas poderíamos ter ido em frente apesar dele. Outros países com o mesmo quociente déficit/PIB continuaram a evoluir, enquanto cruzamos os braços. A inflação subiu e com ela os efeitos negativos da indexação. Esta sim se transformou na maior máquina de concentração de renda jamais imaginada pelo homem. Nesse esquema, o País tinha duas moedas: a dos pobres, chamada cruzeiro ou cruzado, e a dos ricos, chamada OTN ou BTN. Como a dos pobres, 75% da população, só era corrigida cada 30, 60 ou 90 dias, e a dos ricos era corrigida diariamente, o que ocorria era, no fundo, a transferência pura e simples do valor corroído, de uma para a outra, que se preservava.

Isso fica nítido se lembrarmos que nos últimos dez anos o Brasil não cresceu um milímetro. Se alguém enriqueceu muito, então com certeza muita gente teve que empobrecer.

Esse mecanismo de concentração de renda colocou muito dinheiro na mão de poucas pessoas, que começaram a pagar muito mais pelas coisas.

Percebendo isso, o setor produtivo e de serviços descobriu que poderia ganhar mais sem aumentar a produção. E como se em vez de vender 1.000 carros por um cruzeiro cada passasse a vender 500 carros por dois, depois 250 carros por quatro, e assim por diante.

Chegamos à estagnação. E assim prossegue, porque a renda se concentra cada vez mais e porque continuamos isolados da competição internacional, o único balizador de preços que interessa.

Passada um pouco a febre do déficit fiscal, veio mais um bode expiatório: a Constituição. Levamos, aproximadamente, vinte meses para produzir uma das mais longas e complicadas constituições de que se tem notícia. A nossa nova Constituição está aí, mas o País não muda.

As duas últimas coqueluches da ilusão nacional dizem respeito ao parlamentarismo e à famigerada economia de mercado. Achar que depois de tudo o que vivemos o parlamentarismo é a resposta aos nossos principais problemas é, no mínimo, ser ingênuo.

No mundo temos exemplos de regimes presidencialistas extremamente bem-sucedidos (EUA e França), assim como temos regimes parlamentaristas (Canadá e Japão).

Chegamos finalmente ao dogma supremo e à menina dos olhos do empresariado brasileiro no momento — a economia de mercado. "Deixe-nos trabalhar sem interferências que o mercado resolve todos os problemas da economia", dizem eles.

A economia de mercado é um ideal teórico que não existe na realidade. Para isso ser verdade seria necessária uma pluralidade de oferta independente, dificilmente encontrável em qualquer setor da economia mundial. Tomemos como exemplo o caso dos bares de esquina, no Brasil, talvez um dos segmentos que mais parecem aproximar-se de uma situação de livre competição, dado o seu número. Se um vende o sanduíche de queijo muito caro, você atravessa a rua e vai em outro. Acontece que a possibilidade de variação não é tão grande porque muitos dos elementos manipulados por um bar são, provavelmente, de setores muito ou razoavelmente cartelizados. Exemplo: laticínios, farinha de trigo, cervejas.

O fato incontestável e pouco comentado é que numa economia completamente desregulamentada a tendência natural é para a formação de cartéis e não no sentido oposto, na diversificação da oferta e no acirramento da competição. Vejamos agora o caso das linhas aéreas norte-americanas. No fim dos anos 70 elas eram 24, época em que passaram a não ter mais regulamentação nenhuma de tarifas ou rotas. O objetivo era obter maior competição, que resultaria em maior eficiência e opções para o consumidor. Acontece que todo mundo subestimou a capacidade das próprias linhas aéreas

de se reestruturar novamente em cartéis privados. Através de sofisticadas redes de sistemas computadorizados de reservas, elas conseguiram, fazendo uso de descontos localizados e seletivos, detonar qualquer oferta atraente de uma nova linha aérea que estivesse tentando surgir no mercado. Resultado: dez anos após a desregulamentação existem menos linhas aéreas, mais precisamente dez, das quais quatro estão em concordata ou à beira da falência. As que sobram terão fatias de mercado maiores, o que acabará significando uma menor competição por tarifas do que no início.

Agora um caso brasileiro. Nossos grandes municípios são, provavelmente, os únicos do mundo que dispõem de transporte rodoviário urbano de massa privado. A tarifa é única. A consequência é que enquanto as empresas públicas adotam muitos ônibus-padrão, especialmente desenvolvidos para o transporte de pessoas, as empresas privadas montam seus coletivos sobre chassi de caminhão, resultando em trambolhos que não oferecem o mínimo conforto. Mesmo que a tarifa fosse bem mais alta, dita a história do capitalismo financeiro que domina no Brasil que as empresas aumentariam os seus lucros, mas jamais investiriam em equipamentos melhores.

Quem protegerá o consumidor?

A American Telephone & Telegraph, famosa AT&T, foi em 1984 forçada pela Justiça americana a abandonar os serviços de telefonia doméstica, porque dominava mais de 80% do volume desses serviços. Ela foi substituída por sete empresas menores que, assim mesmo, "têm" a sua política de preços vigiada pelo governo americano.

Imagine agora se o governo brasileiro cogitar ação semelhante em relação a setores como automóveis, cimento e equipamentos de refrigeração.

Os Estados Unidos, paradigma dos empresários brasileiros, todos ávidos adeptos da "economia de mercado", são, aliás, virtualmente a única entre as nações bem-sucedidas que ainda aderem com veemência a ideia de que o mercado se autorregula. Seu acelerado declínio como potência mundial, principalmente durante os oito anos de "laissez-faire" da era Reagan, é sintoma dessa inadequação. Vejam os crescentes problemas de déficit fiscal, já bem superior a US\$ 3 trilhões, e os relacionados à valorização do trabalho. Hoje, um chief executive officer americano ganha 150 vezes mais que o trabalhador na fábrica. No Japão, esta diferença é de apenas 17 vezes! "So far so bad!"

Em contrapartida, os bem-sucedidos — Alemanha e Japão — são, curiosamente, os lugares onde o governo tem a maior interferência nos rumos da economia e das políticas industriais.

A tese que se quer demonstrar aqui não é que podemos prescindir de um ambiente de competição, mas sim que esse ambiente tem que estar sob certa ação reguladora do Estado para que se inibam as distorções naturais a uma economia livre.

O Brasil, hoje, pode até ser a décima ou a décima primeira economia do mundo, mas tem, segundo o Banco Mundial, a terceira pior distribuição de renda do planeta. E este é o parâmetro que mais importa.

E ilusão, portanto, achar que resolveremos nossos problemas em meses e sem dor. Principalmente dor das camadas mais ricas. Enquanto 10% da população detiver 50% de toda a riqueza, como hoje, estaremos na estaca zero. É preciso que o governo intervenha, mas com competência e lisura. Só assim ele, efetivamente, reparará distorções visando ao benefício da própria economia e de toda a sociedade. É preciso também que os empresários pratiquem o que eles tanto reivindicam. Que enfrentem a concorrência nacional e internacional com coragem. Permanecendo fechados, eles apenas estarão prolongando a sua agonia. É um contra-senso que o mesmo governo que é acusado de atrapalhar seja tão suplicantemente convocado, quando o assunto é o protecionismo da indústria nacional, para que não haja fracasso e demissões em massa. Não pode haver dois pesos e duas medidas.

O nosso capitalismo financeiro precisa ser substituído por um capitalismo em que o maior ativo seja o homem. Não é à toa que o Japão é hoje a maior potência econômica da Terra. Ele não tem petróleo nem ferro ou alumínio. Mas tem gente na qual ele investe todos os seus ienes.

Vamos esquecer um pouco Miami, helicópteros, jet-skis e de torcer contra. É a primeira providência é reconhecer que o que esses povos fizeram por seus países é diametralmente oposto ao que temos feito com o Brasil.

\* Engenheiro e diretor de criação da HCA Propaganda.